Crescimento econômico nos governos FHC e Lula: uma análise pró-pobre

Aristeu Rodrigues Azenha Neto* Rodrigo Vilela Rodrigues**

Resumo

Este trabalho analisa o crescimento econômico brasileiro nos governos FHC e Lula sob a ótica do crescimento pró-pobre, por meio das elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza. Para tanto, utilizam-se dados da PNAD para as 27 unidades federativas do Brasil de 1995-2010. Os resultados revelam que o governo FHC não alcançou crescimento pró-pobre, com semiestagnação da proporção de pobres. O governo Lula atingiu crescimento pró-pobre, os efeitos parciais da renda e da desigualdade estiveram acima de 2 p.p. e 5 p.p., respectivamente. O cenário externo favorável e principalmente as políticas de inclusão social contribuíram para o resultado do governo Lula.

Palavras-chave: Crescimento pró-pobre. Desigualdade. Renda. Pobreza. Brasil.

http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v25i53.9484

Submissão: 27/05/2019. Aceite: 18/09/2020.

^{*} Bacharel em Economia pela UFSCar/Sorocaba. E-mail: aristeuazenha@hotmail.com

^{**} Doutor em Economia Aplicada – UFSCar/Sorocaba. E-mail: rvilela@ufscar.br

Introdução

O crescimento pró-pobre é definido por diversas organizações internacionais como um crescimento que leva a reduções significativas da pobreza (OECD, 2001; UNITED NATIONS, 2000). Apesar de o termo pró-pobre ser relativamente recente, com os primeiros estudos desenvolvidos nos anos 1990, as teses acerca dos efeitos do crescimento econômico sobre a pobreza, ou de como reduzi-la em países subdesenvolvidos, datam dos anos 1950-1960. As questões debatidas estavam centradas na contradição entre *immisering growth*¹ e desenvolvimento *trickle-down*².

O tema foi também abordado para a economia brasileira. O trabalho de Hoffmann e Kageyama (2006), por exemplo, partiu da suposição de que o crescimento pró-pobre é aquele no qual a renda média de qualquer grupo de pessoas relativamente pobres cresce mais do que a média geral. Tal estudo utilizou dados de 1993-2004 e constatou que houve crescimento pró-pobre no Brasil nesse período.

França, Manso e Barreto (2012), de outro modo, propuseram-se a discutir o problema do desequilíbrio regional brasileiro pela avaliação do impacto do crescimento econômico pró-pobre de 1995-2009. Os autores utilizaram diversas medidas de pobreza (absoluta e relativa) e realizaram a decomposição das fontes de redução da pobreza pelo crescimento da renda média e a distribuição dessa renda. Os resultados obtidos revelaram que as políticas que impulsionaram o crescimento da renda nas Regiões Sudeste e Sul foram mais "pró-pobre" do que nas demais regiões.

No caso brasileiro, os estudos analisam a questão do crescimento pró-pobre em períodos no tempo, sem o devido destaque à distinção de governos e/ou ações governamentais com o intuito de amenizar a situação de pobreza da população. A despeito disso, observa-se na literatura que existem diferenças substanciais nos cenários macroeconômicos, bem como na condução das políticas econômicas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), de 2003 a 2010.

O governo FHC recebeu a economia com uma recente estabilização dos preços, resultante dos mecanismos de desenvolvimento econômico presentes nas diretrizes do Consenso de Washington: i) abertura comercial e financeira não planejada e indiscriminada; ii) manutenção do câmbio apreciado; iii) taxa de juros alta (na intenção de atrair capitais externos de curto prazo); e iv) eliminação de qualquer política de Estado voltada ao desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2000). No final do segundo governo FHC (1999-2002), um conjunto de políticas de transferência de renda

que tinham o intuito de minimizar o problema de pobreza no país é timidamente colocado em prática (PACHECO SANTOS; MARTINS PASQUIM; CHAVES DOS SANTOS, 2011). No governo Lula, apesar da manutenção das políticas macroeconômicas de estabilização do seu predecessor, o cenário externo no qual a economia se inseria se mostrava favorável. Nesse período, o governo ampliou a abordagem social e criou uma série de iniciativas políticas, como a valorização do salário mínimo e o Programa Bolsa Família (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013).

Em virtude das nuances na condução da política econômica e das especificidades do cenário macroeconômico das últimas décadas, o presente estudo visa analisar o perfil de crescimento econômico nos governos FHC e Lula. A pesquisa será desenvolvida sob a ótica do crescimento pró-pobre, verificando se no período dos governos em questão ocorreu tal crescimento, analisando-se seus efeitos relativos.

Nesse ínterim, o referencial teórico proposto possibilita comparar em qual desses governos o crescimento econômico favoreceu mais que proporcionalmente os indivíduos mais vulneráveis, permitindo-se não somente responder se o crescimento foi pró-pobre em cada um dos governos analisados, como também quantificar esse crescimento e responder em qual governo o crescimento foi mais pró-pobre. Esses seriam os dois objetivos primordiais do presente trabalho, alcançados através de metodologia econométrica que permite calcularem-se as elasticidades-renda e desigualdade pobreza.

Por isso, propõe-se a construção de um modelo de elasticidade renda-pobreza e elasticidade desigualdade-pobreza por meio de dados em painel, conforme Ravallion e Datt (1999) e Ravallion e Chen (2003) e adotado por Santos (2011), juntamente com a adaptação de França, Manso e Barreto (2012) para regiões. Utilizar-se-á a base de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE): a) proporção de domicílios pobres; b) renda domiciliar *per capita* média; e c) índice de Gini das 27 unidades federativas do Brasil, para o período de 1995 a 2010.

Os objetivos propostos, a partir dessas perspectivas, apoiam-se tanto no referencial teórico quanto na metodologia. No primeiro, a partir da premissa de que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para a redução da pobreza, a depender das características que determinam a desigualdade econômica e social no Brasil, em particular na vigência desses dois governos. A metodologia, por sua vez, permite quantificar, através das elasticidades calculadas, quais as magnitudes das influências de crescimento econômico e desigualdade na redução da pobreza brasileira.

O trabalho está dividido em seis seções, contando esta introdução. A segunda seção apresentará o contexto socioeconômico dos períodos dos governos FHC e Lula. A terceira parte consistirá de uma breve revisão de literatura sobre o crescimento pró-pobre. A quarta seção revela a metodologia utilizada neste estudo. A quinta e a sexta partes versam sobre os resultados e as considerações finais da pesquisa.

Aspectos econômicos e sociais dos governos FHC e Lula

Governo FHC (1995 a 2002)

Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência da república em um momento ímpar na história política nacional pós-crise da dívida externa³. O Plano Real, apresentado após mais de dez tentativas frustradas de estabilização econômica, mostrava-se eficiente no combate à alta dos preços e teve no governo de FHC o seu ápice em termos de popularidade. O cenário externo em que o governo FHC esteve inserido passou por transformações, iniciadas nos anos de 1970, na forma de acumulação do capital. Ao final da década, desenvolve-se o processo que Chesnais (1996) denominou de "financeirização" do sistema capitalista. Tal processo de acumulação se deu sob os imperativos e a lógica da valorização financeira. As empresas deixaram o papel de "produtoras" e passaram a assumir o papel de "investidoras", sendo remuneradas a partir da parcela da atividade empresarial (parcela dos lucros).

É nesse contexto de acumulação capitalista mundial que o Plano Real, embasado nas teses presentes no Consenso de Washington, foi conduzido. As políticas implementadas com o plano tinham o intuito de escapar da armadilha constituída pelo binômio "crise da dívida – alta inflação", que marcou os anos de 1980 até a primeira metade da década de 1990 na economia brasileira. As políticas propostas tinham as finalidades de estabelecer o controle inflacionário, retomar os fluxos de capitais estrangeiros, a fim de aliviar a restrição externa com o reestabelecimento da confiança no mercado internacional, e, com a estabilização macroeconômica, proporcionar o retorno do crescimento econômico (FILGUEIRAS, 2000).

A abertura comercial e financeira somada ao câmbio apreciado reduziriam o protecionismo vigente sobre as empresas nacionais, aumentando a concorrência

com o mercado externo. As empresas brasileiras seriam estimuladas a inovarem e a elevarem a produtividade do trabalho, favorecendo o aumento dos salários. Isso contribuiria também para o controle inflacionário, beneficiando principalmente a população mais pobre, que sofre mais com os efeitos do aumento de preços. Dessa forma, segundo a perspectiva de desenvolvimento presente no Plano Real, ocorreria o aumento da remuneração do trabalho, bem como a maior distribuição de renda, resultando na redução da pobreza no país (FRANCO, 1996).

Paulani (2012) aponta que as medidas do Plano Real possibilitaram a estabilização inflacionária em detrimento das taxas de crescimento, com o aumento do déficit público. Segundo a autora, os investimentos estrangeiros diretos foram atraídos para atividades financeiras, como investimento em portfólio, especialmente na aquisição e fusão de empresas. Além disso, a taxa de juros elevada inibia o investimento em formação bruta de capital fixo, o que refletiu sobre as baixas taxas de crescimento da economia brasileira durante a década de 1990 e o início dos anos 2000.

O PIB per capita de 1995 a 2002 esteve, em média, em R\$ 18.775,06, apresentando uma tendência de crescimento, no entanto, pouco expressivo, sendo a taxa de crescimento do período em torno de 0,20% a.a. A taxa de crescimento econômico foi mais baixa em relação à performance obtida em períodos anteriores e, ao mesmo tempo, instável. Como exemplo, nos governos Sarney e Collor/Itamar, a taxa de crescimento foi de 1,32% a.a. e 1,05% a.a., respectivamente. No que tange à distribuição de renda, em comparação a períodos anteriores, é possível extrair informações relevantes. Quando comparada ao governo Sarney, a taxa de crescimento da desigualdade no período FHC foi menor. Enquanto, de 1985 a 1989, a taxa média de crescimento da desigualdade foi de 1,24% a.a., de 1995 a 2002, houve uma taxa média de redução dessa desigualdade, de 0,29% a.a.

Destarte, apesar das contradições que a condução da política econômica no governo FHC impôs ao crescimento econômico, o período apresentou reversão da trajetória de aumento da desigualdade de renda na economia. No entanto, observa-se uma trajetória de redução tímida desta, assemelhando-se a um comportamento de semiestagnação que, segundo Cardoso Jr. e Mattos (1998), está relacionado a dois fatores. Em primeiro lugar, a redução do imposto inflacionário gerou um ganho em termos reais, uma vez que a menor proteção contra as perdas inflacionárias tende a se concentrar justamente nas camadas mais baixas. Em segundo lugar, teria ocorrido um efeito preços relativos. O processo de abertura comercial provocou uma elevação da relação entre os preços de setores non tradebles (não sujeitos

à concorrência externa) e os preços *tradebles* (sujeitos à concorrência externa). Tal processo gerou um aumento relativo da remuneração dos autônomos, frente à remuneração dos trabalhadores industriais.

Rocha (2000) investiga a evolução da pobreza e os efeitos distributivos do Plano Real e constata que, entre 1993 e 1995, ocorreram mudanças significativas. O rendimento médio das pessoas apresentou um ganho real expressivo, que se deu de maneira mais acentuada para os que percebiam rendimentos mais baixos. Essa evolução favorável dos rendimentos teve efeitos diretos sobre a redução da pobreza: a proporção de pobres passou de 44% (62,6 milhões de pessoas) em 1993 para 33,3% (49 milhões de pessoas) em 1995.

Apesar da redução generalizada da pobreza, esta ocorreu de forma diferenciada no espaço. A redução da proporção de pobres nas metrópoles está diretamente relacionada à retomada do nível de atividade e aos impactos da estabilização sobre os rendimentos mais baixos, particularmente nas ocupações do setor terciário (comércio e serviços) (ROCHA, 2000). Fato, este, intimamente ligado ao segundo fator da distribuição de renda pela diferença de preços relativos, relatada por Cardoso Jr. e Mattos (1998). De outro modo, na Região Norte, os benefícios da estabilização se mostraram insuficientes para a redução da pobreza. Esse resultado é derivado da atração de migrantes que a região possuía, apesar da evidente falta de dinamismo econômico. Tais efeitos na região não refletiram no desempenho geral da economia brasileira, pois o número de pobres dessa região no período correspondia a 5,5% do nacional (ROCHA, 2000).

No entanto, para Rocha (2000), o efeito distributivo favorável do Plano Real não perdurou no período posterior ao plano (1996-1997), quando se observa uma estagnação da incidência de pobreza. A nova acomodação do indicador de pobreza para o país como um todo encobre, no entanto, evoluções localmente diferenciadas em função do impacto da reestruturação produtiva. Tal fato mostra a incidência mais elevada da pobreza, independente do indicador considerado, nas Regiões Norte e Nordeste, e reduzindo em direção ao sul do país.

As políticas de combate à pobreza e as amenizações das desigualdades não ficaram restritas à estabilização de preços da economia. Segundo Costa (2009), desde o final dos anos 1990, mesmo em meio a intensas restrições fiscais, ações foram construídas para a erradicação da pobreza por meio da perspectiva de políticas focalizadas com caráter pró-pobre. Dentre eles estão os programas Bolsa-Escola (PBE), Bolsa-Renda (PBR) e Bolsa-Alimentação (PBA). Além dos programas derivados da

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), como a Assistência ao Idoso e a Assistência a Pessoas Portadoras de Deficiências, um conjunto expressivo e difuso de benefícios assistenciais concedidos independentemente de contribuições efetuadas.

Na avaliação de Pacheco Santos, Martins Pasquim e Chaves dos Santos (2011) sobre esses Programas de Transferências de Renda (PTR) implementados entre 2000 e 2002, coletando informações sobre "estrutura" normativa, infraestrutura, "processos" de implementação e "resultados" relativos a benefícios concedidos e impactos, o PBA e o PBE chegaram a beneficiar cerca de 5 milhões e 1 milhão de famílias, respectivamente. Como "processos", considerando que programas de combate à pobreza e de inclusão social se inserem no mundo dos direitos, sobretudo os direitos à educação e à alimentação adequada, os PTRs estudados objetivavam alcançar os municípios mais pobres do país e, nestes, as famílias mais carentes. No entanto, os autores encontraram problemas na estrutura dos programas que limitavam os efeitos positivos para a minimização da pobreza.

Belik, Silva e Takagi (2001) apresentaram a mesma linha de argumentação e adicionaram que, apesar da relevância dessas medidas compensatórias focalizadas na tentativa de minimização da pobreza, as políticas não previam formas de emancipação do dependente do benefício nem acompanhamento, para verificar se as famílias, de fato, tinham suas carências solucionadas. A evolução da proporção de domicílios pobres na economia de 1985 a 2002 corrobora os efeitos favoráveis da distribuição e a relativa estagnação da pobreza em novo patamar mencionado por Rocha (2000), inclusive no período que se estende de 1997 a 2002. Destaca-se, ainda, que, após a implantação das políticas focalizadas iniciadas em 2001, a proporção de pobres caiu apenas 1 p.p., o que pode ser reflexo da baixa capacidade dos programas de atingirem seus propósitos.

Posto isso, a literatura nos mostra que o governo FHC foi bem-sucedido na manutenção da estabilidade de preços, o que a princípio amenizou os efeitos do imposto inflacionário, por conseguinte, gerando um efeito distributivo e mudando o patamar e a trajetória crescente da pobreza, mas apenas no curto prazo, sem políticas capazes de solidificar uma tendência nítida de redução da pobreza. Contudo, o mesmo governo apresentou uma relativa estagnação da atividade econômica, se comparado aos governos que o precederam, e, mesmo com as políticas sociais focalizadas, verificou-se manutenção no nível da distribuição de renda e pobreza. É imerso nesse cenário econômico que Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da república em 2003.

Governo Lula (2003 a 2010)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva obteve resultados macroeconômicos (crescimento econômico, inflação, renda per capita, emprego, finanças públicas e contas externas) melhores em comparação aos de seu antecessor. O nível da atividade econômica em termos reais cresceu 4,06% ao ano, valor acima do governo anterior, que cresceu 2,31% em média. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 5,79% ao ano, valor abaixo do governo que o antecedeu, que foi de 9,25% a.a. O setor externo apresentou resultados positivos, expressos nos superávits do Balanço de Pagamentos (BP) de US\$ 231,8 bilhões no acumulado de 2003-2010, comparado a US\$ 302,1 milhões acumulados entre 1995 e 2002⁴.

Segundo Barbosa (2013), esse resultado benéfico foi derivado, principalmente: (i) do cenário externo favorável de crescimento da economia internacional até a crise de 2007/2008; (ii) da alta liquidez nos mercados financeiros; e (iii) do ciclo de alta dos preços das *commodities*, juntamente com a queda dos preços dos produtos manufaturados. Para o autor, tais elementos possibilitaram o crescimento econômico em um ambiente sem graves desequilíbrios internos ao longo dos dois mandatos.

No cenário interno, ocorreu crescimento da renda do trabalho, programas de transferência de renda e políticas de promoção do desenvolvimento produtivo. Tais medidas proporcionaram a ampliação do consumo interno, contribuindo para o crescimento do PIB. Dentre as ações aplicadas no governo Lula, tiveram destaque: (i) as políticas de desenvolvimento produtivo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); (ii) as medidas para o avanço na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); e (iii) as políticas sociais, como a valorização do salário mínimo e o Programa Bolsa Família (PBF). O item (iii) seria responsável por auxiliar o crescimento do PIB em si e, também, apresentar características capazes de reduzir os indicadores de pobreza, distribuindo melhor o crescimento desse PIB, mesmo que sejam pouco efetivos em termos de efeitos distributivos de longo prazo.

Frente aos aspectos citados, a evolução do PIB *per capita* nacional apresentou um comportamento antagônico ao do governo anterior de semiestagnação. No período do governo Lula, o indicador apresentou trajetória crescente, com leve recessão no ano de 2009, devido aos efeitos da crise econômica internacional. A taxa de crescimento média do PIB *per capita* no período foi de 2,89%, significativamente superior ao do governo FHC, que foi de 0,20%.

Somando-se ao crescimento do PIB no período Lula, ocorreram, ainda, as políticas de combate à pobreza por transferências de renda, em que se destacaram os Programas Fome Zero e Bolsa Família (PBF), além da Política de Valorização do Salário Mínimo. Segundo Fonseca, Cunha e Bichara (2013), tais políticas tiveram como principal objetivo a mitigação da fome e das vulnerabilidades associadas à miséria, assim como aumentar o consumo das famílias. O PBF, em especial, criado através de medida provisória, foi transformado em lei e regulamentado por decreto e, conforme os autores, foi o principal programa de transferência de renda direta do governo federal, no âmbito da Estratégia Fome Zero.

Desde sua constituição, o PBF tem por objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. O programa unificava os programas já existentes de assistência como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, além de ampliar o público-alvo. O PBF foi estendido a 11 milhões de famílias, 5 milhões de famílias a mais que os programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação. Seguindo caminho semelhante, o salário mínimo cresceu 57%, em termos reais, entre 2002 e 2010, atingindo o maior patamar desde o começo dos anos 1970, o que significou um acréscimo significativo da massa salarial e do consumo das famílias.

Segundo Soares et al. (2013), de 1999 a 2009, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em todo o território nacional, o coeficiente de Gini foi de 0,592 a 0,54. A transferência de renda do PBF foi responsável por 15% da queda do índice de Gini, no período. O que mais impressiona é que o PBF o fez mesmo representando apenas 0,7% da renda das famílias, tal como medida nas pesquisas domiciliares. No que tange à redução da pobreza, para a linha de renda de até R\$ 100 por mês, a queda foi de 12 p.p., de 26% para 14% da população. Os benefícios do PBF respondem por aproximadamente 16% da queda. Para a linha de renda de até R\$ 50 por mês, a pobreza caiu de 10% para menos de 5% da população, e o PBF responde por quase um terço da redução (SOARES et al., 2013).

Talvez, mais relevante quanto à contribuição do benefício do PBF para a redução da pobreza, no longo prazo, tenha sido sua atuação em momentos de crise. Entre 1999 e 2003, os programas antecessores ao PBF evitaram 40% do aumento da pobreza que teria ocorrido na sua ausência. Entre 2001 e 2003, eles inverteram

a tendência das rendas oriundas do mercado de trabalho e levaram a uma pequena redução da pobreza. De 2007 a 2009, o benefício do PBF inverteu a tendência da pobreza extrema, levando a uma queda que não teria ocorrido sem esse benefício (SOARES *et al.*, 2013). Tais políticas aumentam a prioridade relativa de políticas pró-pobre, permitindo que os benefícios do crescimento econômico sejam também benéficos às populações mais vulneráveis.

Por outra via, De Negri e Cavalcante (2014) argumentam sobre a importância do aumento da renda do trabalho. Segundo os autores, este foi responsável pela redução de 30% na desigualdade de renda. O efeito da valorização do salário mínimo sobre o aumento da renda do trabalho não é uma questão ainda equacionada, mas há evidências da associação. O salário mínimo passou de R\$ 151,00 em 2000 para R\$ 678 em 2013, um aumento nominal de 350%, superior ao IPCA que foi de 127% e do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) que foi de 200% no mesmo período. É possível que esse ganho real do salário mínimo tenha se propagado para o restante da economia, principalmente no extrato inferior de salários, contribuindo para a redução da pobreza e para a ampliação do PIB pelo aumento do consumo.

Posto isso, no governo Lula, observou-se uma trajetória de redução da desigualdade de renda pelo índice de Gini. A desigualdade de renda, quando comparada ao governo predecessor, teve uma maior redução. Enquanto no governo FHC houve uma taxa média de redução de 0,29% a.a., no período de 2003 a 2010, a redução foi de 1,02% a.a. No que se refere à redução da pobreza, o comportamento durante o governo Lula mostrou-se significativo, diferentemente do apresentado pelo governo anterior. Quando se observa a proporção de domicílios pobres, a taxa média de redução da pobreza foi de 8,11% a.a. de 2003 a 2010, contra 0,58% a.a. de 1995 a 2002. O objetivo prioritário desse estudo é saber se isso se refletiu em um crescimento pró-pobre em ambos os governos – FHC e Lula –, podendo captar as diferenças de intensidade entre eles.

Nesse sentido, apesar da manutenção das políticas macroeconômicas do governo anterior, visando prioritariamente à estabilização monetária, um conjunto de políticas de inclusão social pode ter contribuído para o bom desempenho do governo Lula na redução da desigualdade e da pobreza. Enfim, o cenário externo favorável, a adoção de políticas de transferências de renda e de valorização do salário mínimo, bem como a retomada do Estado na promoção do desenvolvimento, teriam ajudado o país a alcançar o crescimento econômico com redução da desigualdade e da pobreza.

Revisão de literatura

O crescimento pró-pobre foi definido por organizações internacionais como um crescimento que leva a reduções significativas na pobreza (OCDE, 2001; ONU, 2000). Apesar de o termo pró-pobre ser relativamente recente, com os primeiros estudos sendo desenvolvidos por volta dos anos 1990, as teses acerca dos impactos do crescimento econômico sobre a população mais pobre, ou como intensificá-los nos países subdesenvolvidos, remontam às décadas de 1950 e 1960. As questões debatidas estavam centradas na contradição entre *immisering growth* e desenvolvimento *trickle-down*. No caso brasileiro, mesmos períodos de grande crescimento do PIB, como o Milagre Econômico durante a ditadura militar, foram pródigos em elevar a perversa distribuição de renda, mesmo que tenha havido queda de pobreza.

Segundo Kakwani e Pernia (2000), citados por Santos (2011), a perspectiva do desenvolvimento trickle-down pressupõe que o aumento da atividade econômica favoreceria primeiro os mais ricos, e, conforme o seu gasto com consumo aumenta, parte dos ganhos seria transferida aos pobres. Desse modo, os pobres se beneficiariam indiretamente pelo acréscimo da renda nacional, porém com um ganho desproporcional e inferior. Nessa ótica, mesmo com o ganho desproporcional, a pobreza tenderia a se reduzir. No entanto, esse progresso econômico pode não ser transferido à população carente, ou até mesmo pode ocorrer que o aumento da renda seja empobrecedor, aspecto esse defendido pela abordagem $immisering\ growth$. Isso acontece quando o crescimento da renda está associado a um grande aumento da desigualdade. A desigualdade de renda opera nesse caso como força oposta ao fruto positivo do crescimento econômico.

Santos (2011) nos mostra, através dos estudos de Dollar e Kraay (2001), que, independentemente deste conflito no passado, parece existir um consenso na literatura recente sobre o crescimento pró-pobre de que o crescimento econômico favorece o aumento da renda dos pobres e a redução da pobreza. Porém, o efeito positivo do dinamismo da atividade econômica sobre a redução da pobreza está sujeito a forças contrapostas, como a disparidade de renda. Ou seja, o crescimento econômico pode ser condição necessária para redução da pobreza, mas não é o único condicionante.

Corroborando a constatação da literatura, Ravallion e Chen (2003) consideram o crescimento em benefício dos pobres como aquele capaz de reduzir a pobreza, independentemente do nível da desigualdade de renda. Nessa vertente, o

crescimento não seria pró-pobre somente se a renda dos pobres ficasse estagnada ou diminuísse. Partindo dessa definição, para mostrar se um processo de crescimento é pró-pobre, os autores definiram uma curva de incidência de crescimento (CIC) que indica as taxas de crescimento da renda em diferentes percentis. Se a curva é positiva em todos os pontos, existe uma redução inequívoca da pobreza entre dois períodos. Também está implícito que, conforme a CIC muda para cima em todos os pontos percentis, a redução da pobreza é maior. Na aplicação para a economia chinesa, Ravallion e Chen (2003) observaram que o crescimento econômico foi mais pró-pobre entre 1993 e 1996, com taxa de 10% ao ano, enquanto a taxa de crescimento da renda média foi de 8,2% a.a. No período de 1990 a 1999, de outro modo, o crescimento pró-pobre foi de 3,9% a.a., inferior à taxa de crescimento da renda média, que foi de 6,2% a.a. Países muito desiguais, como o Brasil, teriam a capacidade do crescimento em reduzir a pobreza sensivelmente comprometida.

Kray (2004) propõe uma técnica de decomposição da pobreza absoluta no intuito de identificar prováveis fatores de crescimento pró-pobre. Sua técnica é embasada em Ravallion e Datt (1999), fazendo-se a decomposição da variação das medidas de pobreza entre os componentes de crescimento, distribuição e resíduo. Essa técnica consiste basicamente na mensuração do componente crescimento e da componente desigualdade na variação do nível de pobreza. O componente crescimento sintetiza o impacto sobre a pobreza, do aumento (ou redução) da renda média, mantendo-se a desigualdade constante. Já a componente desigualdade mostra o efeito na pobreza de uma mudança distributiva, na ausência de qualquer alteração da renda média. Isto é, a decomposição gera dois componentes contrafactuais, que isolam os impactos dos macros determinantes imediatos da pobreza. Assim, Kray (2004) identifica a importância relativa dos fatores: (i) taxa de crescimento da renda média; (ii) sensibilidade da pobreza ao crescimento da economia; e (iii) variação da renda relativa.

Para isso, Kray (2004) utilizou o modelo de dados em painel de 80 países em desenvolvimento (incluindo o Brasil) para os anos de 1980 a 1990, além da definição de linha de pobreza de um dólar ao dia. O autor verificou que, no médio prazo, a maior parte da variação das mudanças na pobreza deve-se ao crescimento, sugerindo que políticas e instituições que promovam um crescimento de base ampla devem ser fundamentais para o crescimento pró-pobre. A maior parte do restante deveu-se a padrões de crescimento de redução da pobreza em rendimentos relativos, em vez de diferenças na sensibilidade da pobreza ao crescimento da renda média. Tais

resultados corroboram em parte a tese de que políticas econômicas convencionais, de promoção de crescimento do produto, são mais eficazes no combate à pobreza, assim como defendem Dollar e Kraay (2002).

Há trabalhos na literatura internacional, como o de Ravallion (1997), e nacional, como os de Resende, Mata e Carvalho (2007) e França, Manso e Barreto (2012), que exploraram o efeito da distribuição de renda, tal qual o presente estudo. Nesses trabalhos, os autores testaram a hipótese de que quanto mais desigual um país ou região é, menor é a efetividade do crescimento na redução da pobreza. Tal hipótese é sustentada por duas abordagens. A primeira é descrita por Ravallion (1997) como induced-growth⁵, em que uma elevada desigualdade inicial implicaria em uma posterior baixa da taxa média de crescimento e, assim, a uma mínima redução na pobreza absoluta, devido às falhas de mercado, bem como às intervenções governamentais. No entanto, não existe consenso na literatura empírica, nem teórica, acerca desta tese.

A outra abordagem, denominada por Ravallion (1997) como growth-elasticity⁶, diz que, se a desigualdade inicial for alta, o impacto do crescimento sobre a pobreza absoluta será menor do que em um cenário onde a desigualdade inicial seja baixa. Dessa forma, considerando o mesmo aumento da renda média, nas duas situações, o efeito do crescimento sobre a diminuição da pobreza será maior quanto menor a desigualdade de renda, pois quanto mais alta a parcela de renda inicial do pobre, mais alta (em média) será a sua parcela no aumento da renda total. Essa é uma das hipóteses do presente estudo, pois acredita-se que o governo Lula tenha dado maior atenção, com políticas de inclusão social mais ativas, a essa relação.

Assumindo essa segunda alegação, Ravallion e Chen (1997) realizaram um teste empírico por meio de um modelo de dados em painel, utilizando a renda per capita de 23 países em desenvolvimento (incluindo o Brasil) para as décadas de 1980 e 1990. Estatisticamente, o modelo mais restrito foi o escolhido, uma vez que foi constatado que o crescimento da renda média corrigida pela desigualdade tem maior impacto redutor na pobreza do que o crescimento isolado da renda média. A elasticidade crescimento-pobreza corrigida declina-se com o aumento da desigualdade, sendo 3,33 para um Gini de 0,25 e 1,82 para um Gini mais alto de 0,59. No presente artigo, aplica-se metodologia que divide o impacto sobre a pobreza em elasticidade renda-pobreza e elasticidade-desigualdade-pobreza para os governos FHC e Lula, permitindo compará-los, nesse tocante específico.

Kakwani e Pernia (2000) também utilizaram essa decomposição. Os autores propõem uma medida de crescimento pró-pobre denominada "taxa de crescimento pró-pobre". Baseados na curva de Lorenz para decompor a mudanca na pobreza, analisam duas frentes: a primeira mantém constante a variação na distribuição de renda para então calcular a variação total da pobreza que é fruto do crescimento; a segunda estima os efeitos da variação na distribuição de renda, mantendo-se constantes os níveis de renda média. Por meio desse método, é construído um índice de crescimento pró-pobre: uma razão entre a elasticidade renda-pobreza e a elasticidade crescimento-desigualdade. O método em questão leva em conta não só a magnitude do crescimento, mas também a maneira como os benefícios do crescimento são distribuídos aos pobres e aos não pobres. Segundo Kakwani e Pernia (2000), se o índice for superior a 1, tem-se crescimento favorável aos pobres, ou seja, a população pobre se beneficia mais que proporcionalmente em comparação à não pobre. No entanto, se esse indicador for positivo, porém inferior a 1, o crescimento não é restrito aos pobres, ou seja, embora diminua a pobreza, este aumento da renda é acompanhado por piora na distribuição. Finalmente, se o indicador for negativo, o crescimento implica no aumento da pobreza.

Tais autores utilizaram essa metodologia para investigar o crescimento em Laos, na Tailândia e na Coreia do Sul. Os resultados revelaram que Laos experimentou uma taxa de crescimento do produto de 4,6% a.a., entre 1992-1993 e 1997-1998. Porém, esse crescimento foi fracamente pró-pobre (0,21), com o crescimento da desigualdade de renda relativa minimizando o efeito do crescimento econômico na redução da pobreza. No caso da Tailândia, o dinamismo econômico desde os anos 1980 teve como consequência a redução da pobreza, embora este crescimento tenha ocorrido em detrimento da distribuição de renda. Já a Coreia do Sul, em contraste às duas economias anteriormente analisadas, experimentou um crescimento de fato pró-pobre, resultado de um crescimento de renda com diminuição da desigualdade no período 1990-1998.

Entre os estudos feitos para o Brasil, podemos citar o realizado por Hoffmann e Kageyama (2006). Adotando a definição de Son (2004) para crescimento pró-pobre, em que a renda média do grupo de pessoas relativamente pobres cresce mais do que a média geral, os autores constataram que no período de 1993 a 2004 houve crescimento pró-pobre no Brasil tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. O crescimento da renda média foi de 18,9% no Brasil, 13,9% nas áreas urbanas e 20% nas áreas rurais, sendo que, no grupo dos relativamente pobres, o crescimento da

renda média foi maior que o da média nacional. No que concerne à desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini e pelo índice T de Theil, os autores observaram uma redução na desigualdade, corroborando a definição de crescimento pró-pobre de Son (2004). A principal contribuição do atual trabalho seria, então, definir se há diferenças significativas entre dois governos (FHC e Lula) marcados por semelhante condução macroeconômica e distinções mais aguçadas na área social.

Kakwani e Son (2003), citados por Santos (2011), destacam as definições utilizadas no crescimento pró-pobre. Os autores subdividem o crescimento pró-pobre pelas definições fraca e forte. Um crescimento pró-pobre enquadra-se na definição fraca se o crescimento econômico trouxer melhora na renda absoluta da população pobre, mesmo ocorrendo aumento na desigualdade de renda. O desenvolvimento *trickle-down*, já apresentado, enquadra-se nesta definição. Já um crescimento pró-pobre abordado pela definição forte apresenta como característica o aumento relativo na renda dos pobres. Dessa forma, a renda dos pobres deve aumentar, assim como deve haver diminuição da desigualdade.

Posto isso, para comparar o perfil do crescimento do Brasil nos governos FHC e Lula, sob a ótica do crescimento pró-pobre, opta-se pela análise com a desagregação dos dois principais fatores que contribuem para a redução da pobreza, com a construção do modelo de elasticidade renda-pobreza e elasticidade desigualdade-pobreza. Tal metodologia permite calcular o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza, expresso por meio da evolução da renda domiciliar *per capita* média e da desigualdade de renda (expressa pelo índice de Gini), de forma simultânea e integrada, justificado pelas diferenças nesses dois indicadores entre os citados períodos históricos.

Será utilizada a definição forte do crescimento pró-pobre, uma vez que essa permite exaurir a possibilidade de existirem efeitos da renda sobre a redução da pobreza com favorecimento mais intenso aos mais ricos, aumentando as desigualdades sociais, conforme ocorrido no período do Milagre Econômico. Assim sendo, neste estudo o crescimento só será considerado pró-pobre caso aumente a renda dos domicílios pobres e, também, diminua a desigualdade de renda. Dessa forma, para se enquadrarem no conceito de crescimento pró-pobre, os períodos analisados devem apresentar taxa positiva de crescimento da renda domiciliar *per capita* média, crescimento negativo da taxa de crescimento da desigualdade, com consequentes valores negativos de efeitos renda-pobreza e desigualdade-pobreza, além das elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza à unidade | 1 | .

Metodologia

Fonte e tratamento de dados

O presente trabalho busca avaliar o perfil de crescimento do Brasil em dois períodos, de 1995 a 2002 e de 2003 a 2010, verificando se houve diferenças no perfil de crescimento, sob a perspectiva do crescimento pró-pobre, através da definição forte. Tal propósito alinha-se às possibilidades da abordagem metodológica escolhida, a partir do momento em que esta permite dividir a compreensão da evolução dos índices de pobreza através dos impactos causados pelo crescimento econômico e por variações na desigualdade de renda.

Para cumprir esse objetivo, utiliza-se a base de dados da renda domiciliar per capita média (como variável expressão do crescimento econômico), do índice de Gini (como variável expressão da desigualdade social) e da proporção de domicílios pobres (como medida de pobreza). Os dados utilizados foram das 27 unidades federativas que compõem o Brasil, no período de 1995-2010, excluindo-se apenas os anos de 2000 e 2010, por serem anos censitários. Todos os dados neste estudo foram retirados das bases da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD), elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponibilizados na plataforma do Ipeadata. Com exíguo período de tempo, a escolha da abordagem de dados em painel permite não somente mais graus de liberdade, como análises que diferenciem o resultado por estados da federação.

A PNAD/IBGE define a linha da pobreza como o dobro da linha de extrema pobreza, esta última definida por uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Food and Agriculture Organization (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Logo, o indicador faz distinção sobre o padrão de vida predominante em cada região. Posto isso, ressalta-se que a pobreza aqui é vista em caráter relativo.

Modelagem econométrica

Como meio de investigação, opta-se pelo modelo de Bruno, Ravallion e Squire (1998), descrito por Pinto e Oliveira (2010) e adotado por Santos (2011), realizando

uma análise de dados em painel para as 27 unidades federativas do Brasil. Segundo os autores, o uso do índice de Gini permite a divisão da elasticidade total nas seguintes elasticidades parciais:

- Elasticidade renda-pobreza: revela o efeito crescimento puro, à medida que considera somente o impacto da variação da renda sobre a pobreza, sem haver mudanças na desigualdade;
- ii. Elasticidade desigualdade-pobreza: detecta o impacto da desigualdade, sem alterações no nível de renda.

Serão estimados os coeficientes referentes à elasticidade renda-pobreza e à elasticidade desigualdade-pobreza para o Brasil e para cada unidade federativa nos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). A estimação do modelo econométrico será feita através do método de dados em painel, em que se contempla a relação entre a renda média, a desigualdade e a proporção de pobres de cada estado, utilizando-se o logaritmo neperiano das variáveis.

Optou-se por utilizar a metodologia da elasticidade total da pobreza conforme Ravallion e Datt (1992) e adotada por Santos (2011). Dessa forma, propõe-se aqui a decomposição da elasticidade total em duas elasticidades parciais: elasticidade renda-pobreza e elasticidade desigualdade-pobreza. Para tanto, utiliza-se um modelo de regressão linear de dados em painel. Tal modelo combina unidades amostrais (indivíduos, empresas, países, regiões, etc.) associadas, em geral, ao longo do tempo. Uma vez que a série de dados históricos do Brasil é restrita, esse método permite agrupar um maior número de informações. Nesse caso, há muito mais informação para se estudar o fenômeno e graus de liberdade adicionais. Segundo Gujarati (2006), a metodologia apresenta algumas vantagens, listadas a seguir:

- i. aumento no tamanho da amostra;
- ii. acomoda a heterogeneidade, permitindo variáveis específicas para cada unidade *cross-section*;
- iii. produz mais informações, com menor grau de colinearidade, maior eficiência e capacidade de minimizar o viés dos estimadores.

Destarte, as referidas elasticidades parciais foram obtidas por meio do seguinte modelo econométrico de regressão linear dos logaritmos neperianos das variáveis, conforme a equação 1:

$$\ln(P_{it}) = \alpha + \beta_1 \ln(Y_{it}) + \beta_2 \ln(Gini_{it}) + \delta_i + \varepsilon_{it}$$
 (1)

Em que as variáveis P_{it} = Proporção de domicílios pobres; Y_{it} = Renda domiciliar $per\ capita$ média; $Gini_{it}$ = Índice de Gini; δ_i = Termo de efeito não observado; α , $\beta_1 e\ \beta_2$ = Parâmetros estimados; ϵ_{it} = Termo de erro. Os subscritos i e t representam a unidade de observação amostral (unidade federativa) e o período de tempo (ano), respectivamente.

O termo de efeito não observado δ_i configura os fatores exógenos ao âmbito econômico, exemplo disso é a experiência histórica específica de cada indivíduo amostral, cuja influência sobre a relação crescimento-pobreza é também apontada na literatura (KAKWANI; PERNIA, 2000). Dessa maneira, esse termo foi introduzido com o intuito de possibilitar ao modelo captar as características intrínsecas a cada estado em termos históricos, políticos e culturais, que serão consideradas constantes ao longo do período analisado.

Considerando-se um conjunto de dados formado por i=1, 2, ..., N unidades de observação amostrais (estados da federação) e t=1, 2, ..., T períodos de tempo (dados pelo período de 1995-2010), o modelo geral é representado por:

$$ln(Y_{it}) = \alpha_i + \beta X_{it} + \varepsilon_{it}$$
 (2)

Em que α_i são as características ou efeitos específicos das unidades amostrais, constantes ao longo do tempo e ε_{it} o termo de erro. Tal equação, assim como a (1), gera dois modelos específicos, que variam de acordo com as pressuposições a respeito da possível correlação entre o termo de erro e as variáveis explicativas Y_{it} . Esses modelos são descritos a seguir:

Modelo de Efeitos Fixos (EF): tem o intuito de controlar os efeitos das variáveis omitidas entre os indivíduos, permanecendo constantes ao longo do tempo. Para isso, pressupõe-se que o intercepto varia de um indivíduo para o outro, mas é constante ao longo do tempo. Os parâmetros resposta são constantes para todos os indivíduos e em todos os períodos de tempo (GREENE, 2008). Nesse sentido, o modelo (1) proposto toma a seguinte forma:

$$\ln(P_{it}) = \alpha_i + \beta_1 \ln(Y_{it}) + \beta_2 \ln(Gini_{it}) + \varepsilon_{it}$$
(3)

Em que o subscrito i no intercepto α decorre do fato de que $\alpha_i = \alpha + \delta_i$, ou seja, o intercepto agora é composto pelo coeficiente autônomo α , que é igual para todos os indivíduos e invariantes no tempo, mais o termo não observado, específico a cada unidade δ_i (SANTOS, 2011).

Segundo Islam (1995), a principal utilidade da modelagem de dados em painel com efeitos fixos é permitir que sejam analisadas as diferenças que porventura ocorram entre empresas, setores, municípios, estados, países, entre outras classificações.

Modelo de Efeitos Aleatórios (EA): este modelo possui as mesmas pressuposições do modelo de efeitos fixos. Porém, enquanto o modelo de efeitos fixos trata os interceptos como parâmetros fixos, o modelo de efeitos aleatórios trata os interceptos como variáveis aleatórias. Nesse sentido, a heterogeneidade não se relaciona com as variáveis explicativas. Assim, a equação (1) é reescrita da seguinte forma:

$$\ln(P_{it}) = \alpha_i + \beta_1 \ln(Y_{it}) + \beta_2 \ln(Gini_{it}) + \vartheta_{it}$$
(4)

Em que, α_i é o coeficiente autônomo de cada unidade amostral e o erro combinado é dado por $\vartheta_{it} = \delta_i + \varepsilon_{it}$, isto é, composto por efeito não observado e pelo erro idiossincrático.

As propriedades indicam que ϑ_{it} possui média igual a zero e variância constante, logo, o erro é homocedástico. Além disso, os erros do mesmo indivíduo em diferentes períodos no tempo são correlacionados, caracterizando a autocorrelação. Por fim, os erros de diferentes indivíduos no mesmo instante de tempo não são correlacionados.

Como existe correlação entre os erros do mesmo indivíduo em períodos de tempo diferentes, o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) não é o mais apropriado para estimar os coeficientes de modelos de efeitos aleatórios (GREENE, 2008). Santos (2011) recomenda nesse caso o uso do modelo de Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis (MQGF).

Desse modo, no presente estudo, será realizada, a princípio, a estimação do modelo de efeitos aleatórios para o período 1995-2010. Em seguida, será realizado o teste de Breusch-Pagan (BP), para verificar a presença ou ausência de efeitos não observados. O teste apresenta como hipótese nula a ausência de efeitos não observados. Em caso de rejeição da H_0 , o modelo de efeitos aleatórios é preferível ao modelo de efeitos fixos (GUJARATI, 2006).

Caso seja preferível o modelo de EA, será realizada a confirmação por meio da verificação de autocorrelação nos dados em painel e presença de heterogeneidade no modelo. O principal elemento para decidir entre os modelos de EF e EA é o efeito não observado α_i . Nas situações em que α_i é não correlacionado com as variáveis explicativas, o modelo de EA é o mais indicado. Por contraste, se α_i for correlacionado com alguma das variáveis explicativas, o modelo de EF deve ser utilizado (GREENE, 2008).

Greene (2008) sugere o teste de Hausman para verificar a existência de correlação entre α_i e as demais variáveis explicativas. O teste em questão possui as seguintes hipóteses:

 H_0 : α , não é correlacionado com as variáveis explicativas;

 H_1 : α_i é correlacionado com as variáveis explicativas;

A estatística do teste pode ser encontrada em Greene (2008). Se a hipótese nula não é rejeitada, não há evidência de que α_i seja correlacionado. Desse modo, o modelo de efeito aleatório deve ser utilizado. Por outra via, se a hipótese nula é rejeitada, o modelo mais adequado é o de efeitos fixos.

Para averiguar a presença de heterocedasticidade, realiza-se o teste de Wald, em que se testa a hipótese nula de igualdade entre a variância de todas as unidades amostrais contra a hipótese alternativa de variâncias diferentes entre as unidades. Desse modo, portanto, H_0 consiste em ausência de heterocedasticidade e H_1 , em presença de heterocedasticidade.

Uma vez definido o modelo mais adequado, será inserida uma variável *dum-mie* para cada governo e realizar-se-á uma estimação para verificar se há diferenças estatisticamente significativas entre cada governo. Caso verificada a diferença, será realizada a regressão de efeitos aleatórios para cada período, 1995-2002 e 2003-2010, seguidos dos mesmos testes anteriores para verificar o modelo mais adequado, bem como os demais testes para determinar a robustez do modelo.

Para a análise entre as unidades federativas, propõe-se estimar um modelo de efeitos fixos para cada governo, conforme a equação (3), uma vez que as diferenças interestaduais em termos históricos, políticos, socioeconômicos e culturais não são possíveis de serem observadas pelos efeitos aleatórios, configurando, deste modo, a principal vantagem do modelo de efeitos fixos.

Segundo Islam (1995), o modelo de efeitos fixos possibilita comparações entre empresas, estados, países e quaisquer indivíduos amostrais. Para possibilitar a comparação, Pinto e Oliveira (2010) estimam um modelo de efeitos fixos e propõem o uso de variáveis binárias como interações para a renda nos estados, mantendo a variável desigualdade constante para os indivíduos amostrais. Santos (2011) segue essa sugestão.

Neste estudo, pretende-se, por meio da sugestão de Favero *et al.* (2014), estimar o modelo de efeitos fixos e extrair as elasticidades parciais para cada unidade federativa, sem a necessidade da pressuposição de alguma das elasticidades parciais ser constante para todo o país.

Resultados e discussões

Para os resultados do modelo de dados em painel, a partir do modelo econométrico (equação 1), foram estimados, sequencialmente, os modelos de efeitos aleatórios para cada período — 1995-2002 e 2003-2010. Em relação à presença/ ausência de efeitos não observados, observa-se no teste de *Breusch-Pagan* (BP), realizado posteriormente à estimação do modelo de EA, que este foi significativo a 1%, rejeitando-se a hipótese nula de ausência de efeitos não observados.

Para a verificação do modelo mais adequado, se Modelo de Efeitos Fixos ou Modelo de Efeitos Aleatórios, foi realizado o teste de Hausman. O resultado do teste revela p-valor igual a 0,8010, logo, aceita-se a hipótese nula. Isso significa que os coeficientes do modelo de efeitos aleatórios (EA) são consistentes e não viesados. Uma vez que o p-valor não é significante, aceita-se a hipótese nula de ausência de correlação entre os regressores e o termo de erro em ambos os casos. Logo, o modelo mais indicado é o de efeitos aleatórios. Para Pinto e Oliveira (2010), o modelo de efeitos aleatórios pode ser mais consistente, nesse caso específico, por considerar uma elasticidade renda-pobreza única para todo o país, sem levar em conta as diferenças por estado. A Tabela 1 traz os principais resultados da estimação das elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza através do modelo de efeitos aleatórios (EA). Os coeficientes do modelo estimado são estatisticamente significativos ao nível de 1%. O coeficiente da elasticidade renda-pobreza é negativo e o desigualdade-pobreza é positivo, conforme o esperado pela literatura supracitada.

Tabela 1 – Elasticidade renda-pobreza e desigualdade-pobreza do Brasil no período 1995-2010 – Modelo EA

	Período
	(1995-2010)
In(renda)	-1.18***
	(0.0405)
In(gini)	2.53***
	(0.1102)
Constante	12.4373***
	(0.2401)
R ² Ajustado	0.97
Número de observações	378
F	453.63
Prob>F	0

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD/IBGE e no programa Stata como instrumental. Nota: 1) Erros padrão entre parênteses; 2) Significância * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Encontradas as evidências de diferenças entre os governos, estimamos as elasticidades para cada governo separadamente, uma regressão pelo modelo de EA para o período 1995-2002 e outra para 2003-2010. Após a estimação, foi realizado novamente o teste de Hausman, que confirmou que o modelo mais adequado é o modelo de efeitos aleatórios. Os resultados estão presentes na Tabela 2.

Tabela 2 – Elasticidade renda-pobreza e desigualdade-pobreza do Brasil nos governos FHC e Lula – Modelo FA

	Governo FHC (1995-2002)	Governo Lula (2003-2010)
In(renda)	-1.07***	-1.32***
	(0.0447)	(0.0436)
In(gini)	2.31***	2.25***
	(0.1155)	(0.1782)
Constante	11.5075***	13.0680***
	(0.2838)	(0.2699)
R² Ajustado	0.85	0.88
Número de observações	189	189
F	568.99	737.10
Prob>F	0	0

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD/IBGE e do programa Eviews como instrumental.

Nota: 1) Erros padrão entre parênteses; 2) Significância * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Neste modelo, todos os coeficientes estimados foram significativos ao nível de significância de 1% e com bom ajustamento para ambos os períodos, acima de 80%. Os períodos apresentam diferenças nas elasticidades parciais. No governo FHC, a elasticidade renda-pobreza apresentou valor de -1.07, ou seja, o crescimento de 1% da renda per capita média dos domicílios reduz, em média, 1,07% a proporção de domicílios pobres no Brasil. Ao mesmo tempo, nesse período, observa-se que a queda de 1% da desigualdade (medida pelo índice de Gini) resulta em uma redução de 2,31% da proporção de domicílios pobres.

O governo subsequente apresenta uma elasticidade renda-pobreza superior, -1.32, o que significa dizer que um aumento de 1% da renda média *per capita* dos domicílios diminui, em média, 1,32% a proporção de domicílios pobres no país. Quanto à elasticidade desigualdade-pobreza, observa-se no governo Lula o valor

de 2.25, ou seja, a redução de 1% da desigualdade implica na quebra de 2,25% da proporção de domicílios pobres no Brasil.

Dessa forma, considera-se o efeito de cada elasticidade parcial na pobreza. O efeito renda-pobreza é o produto da elasticidade parcial (renda-pobreza) com a taxa de crescimento da renda *per capita* média dos domicílios. O efeito desigualdade-pobreza é o produto da elasticidade parcial (desigualdade-pobreza) com a taxa de crescimento da desigualdade.

A Tabela 3 revela que o efeito renda-pobreza aumentou em 0,20% a proporção de domicílios pobres no governo FHC, uma vez que se observa no período uma redução da taxa de crescimento da renda média *per capita* dos domicílios. Nesse governo, o efeito distribuição é que foi importante sobre a redução da pobreza – diminuição de 0,67% na proporção de domicílios pobres –, o que pode ser resultado do efeito distributivo da estabilização, uma vez que a renda se manteve semiestagnada.

Tabela 3 – Efeitos renda-pobreza e desigualdade-pobreza

Período	Elasticida- de renda- -pobreza	Elasticidade desigualdade- -pobreza	Taxa de cresci- mento da renda domiciliar (<i>per</i> <i>capita</i>) média (%)	Taxa de crescimento da desigualdade (%)	Efeito renda- -pobreza (%)	Efeito desi- gualdade- -pobreza (%)	Pró-pobre (?)
Governo FHC	-1.07	2.31	-0.19	-0.29	0.20	-0.67	Não
Governo Lula	-1.32	2.25	3.93	-1.02	-5.19	-2.30	Sim

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD/IBGE e do programa Stata como instrumental.

Sob a ótica da definição forte de crescimento pró-pobre, pode-se afirmar que o crescimento econômico no governo FHC não foi, de fato, pró-pobre. Isso se reforça pelo fato de que no período a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* média foi negativa de 0,19%, resultando no efeito renda-pobreza de 0,20%. Santos (2011) salienta que nesses casos é possível inferir que no período ocorreu um processo de recessão *per capita* "pró-rico" ou "anti-pobre", uma vez que penalizou mais a população pobre em relação à população não pobre.

O fato de o Brasil, no período FHC, apresentar taxa negativa de crescimento da renda domiciliar *per capita* média corrobora o padrão de crescimento da economia no período. Como vimos, a estratégia de desenvolvimento lastreada na consolidação de reformas estruturais que visam apenas criar expectativas positivas para a entrada de capitais externos resultou em um quadro de semiestagnação que teve como consequência a queda da renda domiciliar *per capita* média da população.

No governo Lula, notam-se ambos os efeitos maiores e em sentido de redução da pobreza. Assim, podemos, através da definição forte de crescimento pró-pobre, afirmar que no período de 2003 a 2010 ocorreu crescimento pró-pobre. Isso está salientado pelos valores maiores do que a unidade para as elasticidades parciais e, também, pelo aumento, no caso expressivo, da taxa de crescimento da renda domiciliar per capita média de 2,89% a.a. Além disso, no período, a taxa de desigualdade decresceu 1,02% na média anual. Postula-se que o aumento expressivo da taxa de crescimento da renda domiciliar per capita média no governo Lula veio acompanhado de fatores entre os quais se destacam o crescimento da renda do trabalho e programas de transferência de renda amplamente pró-pobres (BARBOSA, 2013).

Ainda que o modelo revele aspectos já relevantes para o escopo deste trabalho, ele não permite verificar as diferenças entre as unidades federativas (Tabela 4). Desse modo, assim como Pinto e Oliveira (2010) e Santos (2011), estimou-se o modelo de EF, seguindo a proposta de extração das elasticidades parciais de cada indivíduo amostral elaborada por Favero *et al.* (2014). Pelo teste de Breusch-Pagan, verificou-se presença de heterocedasticidade no modelo de efeitos fixos. Para a correção, foi estimado um modelo de regressão linear utilizando dados em painel de erros-padrão corrigidos. Os resultados do modelo de efeitos fixos no governo FHC para cada unidade federativa estão expressos na Tabela 4.

Tabela 4 – Elasticidades (renda-pobreza e desigualdade-pobreza) e efeitos (renda e desigualdade) das unidades federativas do Brasil no governo FHC – Modelo (EF)

(continua...)

Regiões/Estados	Constante	Elasticidade renda-pobreza	Elasticidade desigualdade- -pobreza	Efeito ren- da-pobreza (%)	Efeito desigual- dade-pobreza (%)	Pró-pobre (?)	
Região Norte							
Acre	10.9612	-0,96	2,42	1,02	2,21	Não	
Amapá	10.6624	-1,03	1,01	2,63	0,39	Não	
Amazonas	10.2435	-0,66	4,25	0,02	-1,38	Não	
Pará	12.5298	-1,15	3,01	0,17	-0,23	Não	
Rondônia	13.6025	-1,24	3,83	3,48	-4,11	Não	
Roraima	11.507	-1,08	1,84	8,63	7,41	Não	
Tocantins	8.971	-0,81	0,98	-1,22	-1,68	Não	
Região Nordeste							
Alagoas	7.4659	-0,51	0,95	1,71	-0,82	Não	
Bahia	8.8325	-0,74	1,02	-0,30	-0,33	Não	
Ceará	9.115	-0,76	1,32	-0,37	-0,81	Não	
Maranhão	6.5699	-0,34	0,97	-0,79	-0,30	Não	

						(conclusão)
Paraíba	9.3853	-0,80	1,31	0,28	-0,45	Não
Piauí	10.3524	-0,99	0,88	-3,61	0,64	Não
Pernambuco	10.1247	-0,91	1,35	-0,64	1,14	Não
Rio Grande do Norte	17.4256	-1,91	2,52	0,15	-0,80	Não
Sergipe	8.0421	-0,57	1,36	-0,75	-0,98	Não
Região Centro-Oest	е					
Goiás	17.7847	-1,98	3,27	-4,23	-0,20	Sim
Mato Grosso	18.0913	-1,15	2,73	-2,72	1,33	Não
Mato Grosso do Sul	12.0721	-2,00	3,57	-3,24	0,71	Não
Distrito Federal	15.6465	-1,56	3,15	-0,89	3,60	Não
Região Sudeste						
São Paulo	13.3251	-1,24	3,38	1,08	1,49	Não
Minas Gerais	18.1123	-1,97	4,04	0,13	-2,76	Não
Rio de Janeiro	8.0251	-0,58	1,21	0,12	-0,72	Não
Espírito Santo	14.5624	-1,65	1,39	-1,51	-0,70	Sim
Região Sul						
Paraná	8.7268	-0,68	1,46	-0,30	-1,52	Não
Santa Catarina	10.609	-0,83	3,41	0,11	-6,31	Não
Rio Grande do Sul	17.425	-1,21	2,28	0,04	-0,93	Não
Brasil	11.823***	-1.11***	2.33***	0.2153	-0.627	Não
	(0.4056)	(0.0518)	(0.2342)			
R ² Ajustado		0.84			F	230.9
Número de observações		189			Prob>F	0

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD/IBGE e no programa Stata como instrumental.

Nota: 1) Erros padrão entre parênteses; 2) Significância * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Como se pode observar, apenas os estados de Goiás e Espírito Santo apresentaram crescimento pró-pobre no período do governo FHC. O estado de Goiás apresentou uma taxa de crescimento da renda domiciliar per capita média de 2,14% no período, além de apresentar uma taxa de crescimento da desigualdade negativa em 0,06%. Já no estado do Espírito Santo, o crescimento pró-pobre se deu devido a uma elevação da taxa de crescimento da renda domiciliar per capita média de 0,92%, somada a um decréscimo de 0,5% na taxa de crescimento da desigualdade.

Embora apenas dois estados tenham obtido crescimento pró-pobre no governo FHC, a pobreza absoluta diminuiu de 28,13% na proporção de domicílios pobres para 27,01% no período. Assim, como explicar tal dicotomia? A resposta se encontra no tipo de definição de crescimento pró-pobre utilizada neste trabalho. Ao adotarmos a definição forte, analisamos os resultados de forma mais ampla, em que todas as ocorrências devem caminhar no sentido da redução da pobreza absoluta e, também, da queda da desigualdade. Assim, a queda na proporção de domicílios pobres

se explica pelo fato de que em alguns estados ocorreram crescimentos na renda domiciliar *per capita* média com consequente aumento na desigualdade. Dentre os estados, podemos salientar: Maranhão, com a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* média de 2,29%; Piauí, com 3,66%; Sergipe, com 1,30%, além de valores no sentido de redução da pobreza pelo efeito renda para os estados de Mato Grosso, Tocantins e Mato Grosso do Sul, estes também com valores significativos.

Neste trabalho, encontraram-se os resultados do efeito renda mais expressivos na Região Centro-Oeste para o período FHC. Isso corrobora os resultados encontrados por França, Manso e Barreto (2012), em que o subperíodo de 1995-2003 apresentou as mais intensas taxas de crescimento "pró-pobre" nas Regiões Centro-Oeste e Sul, embora o cenário nacional tenha sido de recessão fortemente "pró-pobre".

Quando analisamos os resultados das elasticidades parciais e dos efeitos para os estados no governo Lula, ilustrados na Tabela 5, observamos um aumento no crescimento pró-pobre em relação ao governo FHC.

Tabela 5 – Elasticidades (renda-pobreza e desigualdade-pobreza) e Efeitos (renda e desigualdade) das unidades federativas do Brasil no governo Lula – Modelo (EF)

(continua...)

Regiões/Estados	Constante	Elasticidade Renda- -Pobreza	Elasticidade Desigualdade- -Pobreza	Efeito Renda-Pobreza (%)	Efeito Desigual- dade-Pobreza (%)	Pró- -pobre (?)			
Região Norte	Região Norte								
Acre	10.2011	-0.94	1.30	-3.82	1.10	não			
Amapá	12.1365	-0.89	2.60	-1.72	-4.95	não			
Amazonas	10.6581	-1.18	1.94	-4.03	-2.44	sim			
Pará	13.4199	-1.76	2.92	-5.46	-0.80	sim			
Rondônia	14.3293	-2.42	1.91	-11.04	0.15	não			
Roraima	10.6484	-1.53	1.89	-5.56	-0.16	sim			
Tocantins	12.8267	-1.35	1.45	-9.22	-1.62	sim			
Região Nordeste									
Alagoas	10.1252	-0.90	1.67	-4.35	-1.45	não			
Bahia	10.5066	-1.02	1.04	-6.05	-0.91	sim			
Ceará	10.5440	-0.98	1.54	-5.83	-0.96	não			
Maranhão	10.4999	-0.98	1.43	-5.91	-1.39	não			
Paraíba	11.4966	-1.07	2.24	-6.67	1.30	não			
Piauí	9.7370	-0.86	2.01	-5.99	-2.35	não			
Pernambuco	10.1793	-1.41	1.82	-7.37	-1.64	sim			
Rio Grande do Norte	11.8764	-1.79	2.60	-12.31	-0.22	sim			
Sergipe	10.4469	-0.98	1.31	-5.06	-0.06	não			

Região Centro-Oeste							
Goiás	16.5399	-1.91	2.02	-9.75	-1.17	sim	
Mato Grosso	16.0906	-1.66	2.79	-7.95	-3.35	sim	
Mato Grosso do Sul	18.7134	-2.09	3.56	-10.05	-2.33	sim	
Distrito Federal	18.7796	-2.09	1.65	-11.13	-0.37	sim	
Região Sudeste							
São Paulo	19.5445	-2.20	2.69	-5.83	-4.15	sim	
Minas Gerais	15.3424	-1.81	2.29	-9.78	-2.32	sim	
Rio de Janeiro	20.6313	-1.14	2.01	-3.81	-0.94	sim	
Espírito Santo	18.3562	-2.11	2.91	-9.75	-1.95	sim	
Região Sul							
Paraná	16.4972	-0.82	1.83	-3.49	-2.44	não	
Santa Catarina	19.9977	-2.22	3.47	-10.62	-2.21	sim	
Rio Grande do Sul	16.6033	-1.01	1.31	-3.54	-1.41	sim	
Brasil	13.0768***	-1.33***	2.14***	-5.237	-2.193	Sim	
	(0.6777)	(0.0997)	(0.1954)				
R² Ajustado		0.88			F	126.65	
Número de observações		189			Prob>F	0	

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da PNAD/IBGE e no programa Stata como instrumental.

Nota: 1) Erros padrão entre parênteses; 2) Significância * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Ao todo, foram 17 estados que obtiveram crescimento pró-pobre no período. Isso revela que, nesses estados, as elasticidades parciais foram maiores que a unidade |1| e, também, que as taxas de crescimento da renda domiciliar *per capita* média e de crescimento da desigualdade foram no sentido da redução da pobreza.

Os destaques são os estados de Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e o Distrito Federal, que apresentaram, respectivamente, as maiores elasticidades renda-pobreza. Por outra via, destacam-se os estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Pará, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, por apresentarem as maiores elasticidades desigualdade-pobreza. Os estados Acre, Amapá, Rondônia, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Sergipe e Paraná não apresentaram perfil de crescimento pró-pobre. Apesar de não apresentarem tal perfil, os estados apresentaram efeitos-renda significativos sobre a minimização da pobreza.

Na Região Nordeste, o resultado parece mais agravante em comparação com as demais regiões, uma vez que menos da metade de seus estados apresentaram crescimento favorável aos pobres. As Regiões Centro-Oeste e Sudeste, por contraste, destacam-se por apresentarem em todos os seus estados o perfil de crescimento pró-pobre.

Comparando com o governo precedente, percebe-se que todas as unidades federativas apresentaram efeito renda no sentido de reduzir a pobreza de forma mais intensa. Além disso, no governo Lula, um maior número de unidades federativas apresentou o efeito desigualdade em sentido favorável aos pobres: enquanto no governo FHC foram 19, no governo Lula foram 24.

Desse modo, numa síntese dos resultados, pode-se afirmar que o governo Lula foi um governo pró-pobre. O cenário externo favorável, bem como as políticas públicas de desenvolvimento produtivo, colaborou para o crescimento do PIB e a valorização do salário mínimo, além disso, as transferências de renda parecem ter contribuído para que esse crescimento fosse pró-pobre. Já o governo FHC não apresentou tal perfil, o que pode ser resultado de um cenário externo pouco favorável e de políticas de transferências de renda restritas a uma menor parcela dos pobres. Os resultados por unidade federativa salientam a dificuldade de as políticas públicas agirem sobre as regiões-alvo do plano do governo FHC, uma vez que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram um maior número de estados com perfil de crescimento anti-pobre ou pró-rico, mesmo no período em que a dinâmica se revelou mais favorável.

Considerações finais

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi, de fato, bem-sucedido na manutenção da estabilização da inflação, que há muito tempo assolava a economia brasileira, conseguindo, em um primeiro momento, gerar um efeito distributivo e mudar a trajetória crescente da pobreza. Quando observamos os resultados da desigualdade de renda no período, podemos concluir que os programas sociais instituídos no governo FHC tiveram, embora de maneira tímida, um papel na redução da pobreza. Assim, programas como Bolsa-Escola, Bolsa-Renda e Bolsa-Alimentação, somados a outros de transferências diretas e indiretas, contribuíram para a redução da taxa de crescimento da desigualdade em 0,29%.

Embora tenha ocorrido diminuição da desigualdade social, medida pelo coeficiente de Gini, não podemos afirmar que o governo FHC apresentou crescimento pró-pobre. Além disso, observamos, pela decomposição estadual, que apenas dois estados apresentaram crescimento pró-pobre nesse período. Postula-se que tal fato teve como principal causa a semiestagnação do PIB durante o período, sendo que a economia esteve à mercê das condições externas desfavoráveis e da baixa taxa de investimentos, resultante da política macroeconômica de altas taxas de juros.

Já o governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, de fato, crescimento própobre. Para tal, apresentaram-se as elasticidades renda-pobreza e desigualdadepobreza maiores do que a unidade |1|, além dos efeitos renda-pobreza e desigualdade-pobreza no sentido da diminuição da proporção de domicílios pobres no país.

Há evidências de que o crescimento pró-pobre no governo Lula foi favorecido principalmente pelo cenário externo e pelo bom aproveitamento no cenário interno. Assim, durante o período Lula, as grandes economias mundiais apresentaram crescimentos expressivos até a crise de 2007-2008, tendo como consequências a alta liquidez dos mercados financeiros e o aumento da demanda e do preço das commodities. Dessa forma, consideráveis fluxos de capitais foram injetados na economia, impulsionados, em grande parte, pela ascensão e pela consequente demanda da economia chinesa.

O governo Lula soube administrar os bons resultados externos no sentido de reduzir a pobreza interna. Para tal, foram ampliadas as políticas de transferências de renda, seja pelo Programa Bolsa Família ou pelo Programa de Valorização do Salário Mínimo. Comparando-se os resultados agregados nos dois governos, verifica-se que a menor incidência de políticas claramente pró-pobre no governo FHC pode ser responsável pela menor elasticidade renda-pobreza neste. Com relação à elasticidade distribuição-pobreza, além da incapacidade de políticas de transferência de renda afetarem diretamente a distribuição de renda e riqueza em uma sociedade tão desigual quanto a brasileira, políticas com essa finalidade específica, como os programas de ações afirmativas e acesso ao ensino superior, demoram a surtir efeitos mensuráveis.

Destaca-se, também, a forma desigual como os efeitos da renda e da desigualdade agem no território. As Regiões Norte e Nordeste, mesmo que tenham melhorado no sentido de ampliação do crescimento pró-pobre, ainda permanecem como regiões críticas, com uma maior proporção de estados que ainda não assumiram um perfil de crescimento favorável aos pobres, talvez pela persistência da desigualdade na região.

Além disso, abrem-se questionamentos sobre a forma e a intensidade que o cenário externo e as políticas públicas beneficiaram o crescimento pró-pobre. Nesse tocante, trabalhos futuros podem investigar, especificamente, questões relacionadas às restrições externas ao nosso crescimento econômico, assim como as potencialidades de programas de emprego e renda para permitir que esse crescimento seja mais inclusivo socialmente e nossa sociedade seja menos desigual em termos de direitos e oportunidades.

Economic growth in the FHC and Lula governments: a pro-poor analysis

Abstract

This paper analyzes the Brazilian economic growth in the FHC and Lula governments under the pro-poor growth perspective, through income-poverty and inequality-poverty elasticities. For this purpose, PNAD data are used for the 27 Federative Units of Brazil from 1995-2010. The results show that the FHC government did not achieve pro-poor growth, with the stagnation of the proportion of poor people semi-stagnating. The Lula administration achieved pro-poor growth, the partial effects of income and inequality were above 2pp and 5pp, respectively. The favorable external scenario, but mainly the policies of social inclusion contributed to the result of the Lula government.

Keywords: Pro-poor growth. Inequality. Income. Poverty. Brazil.

Crecimiento económico en los gobiernos de FHC y Lula: un análisis a favor de los pobres

Resumen

Este documento analiza el crecimiento económico brasileño en los gobiernos de FHC y Lula bajo la perspectiva de crecimiento a favor de los pobres, a través de las elasticidades ingreso-pobreza y desigualdad-pobreza. Para este propósito, los datos de la PNAD se utilizan para las 27 Unidades Federativas de Brasil desde 1995 hasta 2010. Los resultados muestran que el gobierno de FHC no logró un crecimiento favorable a los pobres, con el estancamiento de la proporción de personas pobres semi estancadas. La administración de Lula logró un crecimiento favorable a los pobres, los efectos parciales del ingreso y la desigualdad fueron superiores a 2pp y 5pp, respectivamente. El escenario externo favorable, pero principalmente las políticas de inclusión social contribuyeron al resultado del gobierno de Lula.

Palabras clave: Crecimiento a favor de los pobres. Desigualdad. Ingresos. Pobreza. Brasil.

Classificação JEL: 015

Notas

- Crescimento empobrecedor.
- ² "Teoria do gotejamento".
- ³ A crise da dívida externa latino-americana foi uma sucessão de problemas econômicos. Resultado de instabilidades na solvência da dívida, atingindo a América Latina após a declaração de moratória da dívida externa pelo governo do México em 1982.

- ⁴ Dados extraídos do Ipeadata.
- 5 Crescimento induzido.
- 6 Elasticidade do crescimento.

Referências

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. *In:* SADER, Emir (dir.). *10 anos de gover-nos pós-neoliberais no Brasil*: Lula e Dilma. Rio de Janeiro: Boitempo; FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BRUNO, Michael; RAVALLION, Martin; SQUIRE, Lyn. Equity and growth in developing countries: old and new perspectives on the policy issues. *In*: TANI, Vito; CHU, Ke-Young (ed.). *Income distribution and high growth*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

CARDOSO JR., J. C.; MATTOS, F. A questão distributiva no Plano Real. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3. *Anais* [...]. Niterói: EdUFF, 1998.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Nilson do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 3, 2009.

DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Os dilemas e os desafios da produtividade no Brasil. *In*: DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. *Produtividade no Brasil*: desempenho e determinantes. Brasília: IPEA, 2014. v. 1.

DOLLAR, David; KRAAY, Aart. Growth is good for the poor. *Journal of Economic Growth*, v. 7, n. 3, p. 195-225, Sept. 2002.

FAVERO, Luiz Paulo et al. Métodos quantitativos com Stata. Rio de Janeiro: Elselvier, 2014.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FRANÇA, J.; MANSO, C.; BARRETO, F. Comparando a intensidade do crescimento pró-pobre entre regiões brasileiros pós implantação do Real. *IPEA – Planejamento e Políticas Públicas*, n. 38. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/276. Acesso em: 24 set. 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Nova Economia*, v. 23, n. 2, p. 403-428, 2013.

FRANCO, Gustavo H. B. A inserção externa e o desenvolvimento. Jun. 1996. (Mimeo).

GREENE, William H. Econometric Analysis. 6. ed. New York: Prentice Hall, 2008.

GUJARATI, Damodar N. Econometria básica. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

IPEA. Nota Técnica: sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília: 30 de agosto de 2006.

ISLAM, Nazrul. Growth empirics: a panel data approach. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 110, n. 4, p. 1127-1170, 1995.

KAKWANI, K.; PERNIA, E. What is pro-poor growth? *Asian Development Review*, Cambridge, MA, v. 18, n. 1, 2000. Disponível em: http://www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01158. Acesso em: 11 ago. 2017.

KAKWANI, N.; SON, Hyun. Pro-poor Growth: Concepts and Measurement with Country Case Studies. *The Pakistan Development Review*, v. 42, n. 4, p. 417-444, 2003.

KRAY, Aart. When is growth pro-poor? Cross-country evidence. IMF Working Paper no. 04/47. Washington, DC: International Monetary Fund, 2004.

OECD. *Rising to the Global Challenge*: Partnership for Reducing World Poverty. Statement by the DAC High Level Meeting, 25-26 April. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 2001.

PACHECO SANTOS, Leonor Maria; MARTINS PASQUIM, Elaine; CHAVES DOS SANTOS, Sandra Maria. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 3, 2011.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. Brasília: IPEA, 2012.

PINTO, M. S.; OLIVEIRA, J. C. de. Crescimento Pró-Pobre: Análise dos Estados Brasileiros entre 1995 e 2007. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 327-358, maio/ago. 2010.

RAVALLION, Martin. Can high-inequality developing countries escape absolute poverty? *Economic Letters*, v. 56, n. 1, p. 51-57, Sept. 1997.

RAVALLION, Martin; DATT, Gauray. Why has economic growth been more pro-poor in some states of India than others? Washington: World Bank, 1999.

RAVALLION, Martin; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. *Economic Letters*, v. 78, n. 1, p. 93-99, 2003.

RESENDE, G. M.; MATA, D.; CARVALHO, A. X. Y. Crescimento Pró-pobre e Distribuição de Renda das Capitais dos Estados Brasileiros. *In*: CARVALHO, A. et al. (org.). *Ensaios de Economia Regional e Urbano*. Brasília: IPEA, 2007. p. 21-46.

ROCHA, S. *Pobreza e desigualdade no Brasil*: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 721).

SANTOS, W. O. Crescimento Pró-Pobre no Brasil (1981-2009). 2011. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20 Politicas%20 Publicas/Artigo-6-Autoria.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

SOARES, S.; DE SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e pobreza. *In*: BOLSA família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2013.

SON, H. H. A note on pro-poor growth. Economic Letters, n. 82, p. 307-314, 2004.

UNITED NATIONS. A Better World for All. New York: United Nations, 2000.